



DOI:10.12957/transversos.2019.41843

REFORMAR A REFORMA: PERCURSO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

Ermelinda Liberato

Faculdade de Ciências Sociais - Universidade Agostinho Neto (FCS-UAN)

ermelinda.liberato@gmail.com

Resumo: O modelo do subsistema de ensino superior em Angola tem assistido, nos últimos anos, a um crescente aumento de críticas em relação ao seu desempenho, eficiência, eficácia e sua degradação. A análise e tratamento dos documentos mostram que essa degradação tem raízes mais profundas, que datam desde o período da sua criação e implantação, e que se têm vindo a disfarçar com a implementação de várias políticas de reforma. Pretendemos assim, fazer uma breve análise desse percurso, de modo a percebermos melhor o porquê da situação atual.

Palavras-chave: ensino superior; universidades; Angola;

Abstract: the Angolan higher education system has witnessed a growing increase in criticism regarding its performance, efficiency, effectiveness and its degradation. The analysis and treatment of the documents show that this degradation has deep roots, dating back to its creation and implementation, and have been disguised by the implementation of various reform policies. We intend to make a brief analysis of this route, in order to better understand the reasons behind the current situation.

Keywords: higher education; universities; Angola;

1. Introdução

No dia 26 de setembro de 2017, no seu discurso de investidura como presidente eleito da República de Angola, João Lourenço reafirmava a continuidade da aposta do seu partido¹ na educação e formação de quadros², chamando a atenção para a necessidade de se trabalhar na sua qualidade:

O domínio da educação é aquele a que dedicaremos uma atenção muito especial, no quadro do projeto de capacitação dos quadros angolanos... O investimento na qualidade do ensino superior universitário e politécnico será outra grande aposta do Executivo nos próximos anos, com vista à criação de um modelo que esteja mais de acordo com as práticas universais³.

O que chama a nossa atenção neste excerto do discurso do líder da nação é a tônica que é colocada na qualidade do ensino superior, universitário e politécnico, constituindo, do nosso ponto de vista, um reconhecimento tácito do estado em que o mesmo se encontra.

Nos últimos anos, o debate em torno das finalidades do ensino superior no geral, das debilidades das Instituições de Ensino Superior (IES) angolanas, públicas e privadas, bem como da qualidade do ensino nelas ministradas, tem dado origem a diversas críticas e comentários sobre a sua sustentabilidade e razão de ser e de existir. Defendemos que, a situação atual, à beira do colapso (SANTOS, 2013: p. 373), resulta de inúmeros constrangimentos que o mesmo tem enfrentado ao longo dos anos, desde a sua criação, em 1962, até ao presente.

Para melhor compreensão dividimos esse percurso em dois períodos distintos: o período colonial e o período pós-colonial. O primeiro corresponde ao período de criação e de implantação do subsistema de ensino superior e vai desde 1962, data da criação dos Estudos Gerais Universitários, até 1974, ano do fim do regime salazarista e marcelista, que ditou, posteriormente, o fim da presença colonial portuguesa em Angola. Segue-se o segundo período, com a proclamação da independência, em 1975, que, pelas suas bruscas e rápidas mudanças e transformações, dividimos o mesmo em quatro etapas distintas, cada uma delas com

¹ MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).

² A educação e formação de quadros constitui uma das linhas ideológicas principais do partido que tem governado Angola desde a sua independência. A “necessidade de educar as massas” (NETO, 1979), fez com que este tivesse eleito a “educação como elemento estratégico da nossa luta de libertação nacional” (A Educação nas zonas libertadas de Angola, s.l: p. 1), e a formação de quadros como vital para a Revolução (NETO, 1979).

³http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/discurso_de_joao_lourenco_na_cerimonia_de_investidura_como_presidente_da_republica (acesso: 07/02/2019)

características muito próprias, nomeadamente: a) Revolucionário/ popular (1975-1991); b) colapso (1992-2001); c) reforma (2002-2016) e d) Reformar da reforma (2017...).

De salientar que, embora as principais mudanças paradigmáticas tivessem ocorrido em 1978, com a Implantação do Novo Sistema de Educação e Ensino (ZAU, 2009: p. 265) e em 2005, com a aprovação das Linhas Mestras, são as transformações económicas, sociais, políticas e culturais que mais têm afetado todo o sistema educativo, com destaque para o subsistema de ensino superior. Assim, de modo a percebermos o porquê do estado atual daquele nível de ensino no país, fazemos uma breve caracterização de cada uma dessas etapas, apresentando os principais acontecimentos e políticas que identificam cada uma delas.

A análise e tratamento da informação consultada leva-nos ainda a defender a ideia que, desde a sua criação até ao presente o subsistema de ensino superior e consequentemente as IES, têm funcionado ao serviço da agenda política, em detrimento daquilo que é a sua verdadeira missão, visão e valores, o que o tem levado a enfrentar inúmeros constrangimentos, como a falta de autonomia (administrativa, disciplinar, pedagógica, científica, cultural e financeira), falta de quadros competentes, reconhecimento social e valorização da sua missão e valores, entre outros. Fazendo uso do slogan adotado na última campanha eleitoral do MPLA, partido no poder, refletimos ainda, sobre o que é que está mal e importa corrigir ou, o que é que está bem e se deva melhorar, tendo em vista o cumprimento dos indicadores de qualidade, ou por outra, percebermos de que indicadores de qualidade estamos a falar.

2. Metodologia

Analisar o percurso que levou à criação, implantação e desenvolvimento do ensino superior em Angola implica sobretudo o recurso às fontes primárias de informação, tais como, documentação produzida no plano legislativo e normativo (ex.: Diário da República e outras normas), discursos, atividades realizadas, notícias publicadas em jornais, entre outros. E aqui residiu o nosso principal constrangimento, a dificuldade de acesso ao material, tanto referente ao período colonial (maioritariamente nos arquivos de Lisboa) como da Iª República (acervo documental do Partido), a maioria deles não catalogados.

A análise e tratamento da informação implicou da nossa parte um domínio sobre a história de Angola e o conhecimento das principais transformações que o país tem vivenciado, o que nos permitiu identificar toda uma hierarquia de acontecimentos que se intersectam numa profundidade de detalhes que conduzem a outros caminhos e que, no cômputo geral, constituem uma realidade bem mais complexa do que à partida assumimos, pois, como afirma Ilídio Amaral “não há factos isolados e, se os houver, ficarão à margem do movimento de conjunto” (AMARAL, 2002: p. 7).

Salientamos ainda que, o volume e dispersão da informação, requer uma análise mais profunda e cuidadosa no âmbito de uma pesquisa mais ampla e pormenorizada. Apresentamos assim, apenas os resultados do primeiro exercício que se quer mais minucioso salientando a provisoriade dos dados apresentados, pois, à medida que fomos desenvolvendo a pesquisa vamos “somando verdades, eliminando erros” (AMARAL, 2002: p. 45).

3. *Da Universidade Portuguesa de Angola (1962-1974) ...*

A inauguração dos Estudos Gerais Universitários⁴, no dia 6 de outubro de 1963, no “amplo salão de festas” do Liceu Nacional Salvador Correia, à data o expoente máximo da intelectualidade no território, revestido de todo o simbolismo que o evento exigia, considerado o “grande acontecimento nos anais do ensino público angolano”, constitui o arranque do funcionamento do “primeiro ano letivo do nosso primeiro estabelecimento de ensino superior” (Revista Mensal de Doutrina, Estudo e Propaganda Instrutiva, 1963: p. 23). Numa cerimónia que contou com a presença de ilustres individualidades da governação portuguesa – Américo Tomás, Presidente da República e Adriano Moreira, Ministro do Ultramar, entre outras⁵ – ficou patente no discurso proferido pelo primeiro reitor daquela instituição, a nova missão civilizatória que Portugal tinha pela frente, ao criar a “Universidade Portuguesa de Angola”, dando assim continuidade aos feitos lusitanos anteriormente empreendidos pelos “criadores e divulgadores da cultura”, bem como a sua base ideológica na continuidade da defesa dos “valores da intelectualidade lusa” (Revista Mensal de Doutrina, Estudo e Propaganda Instrutiva, 1963: p. 23-27).

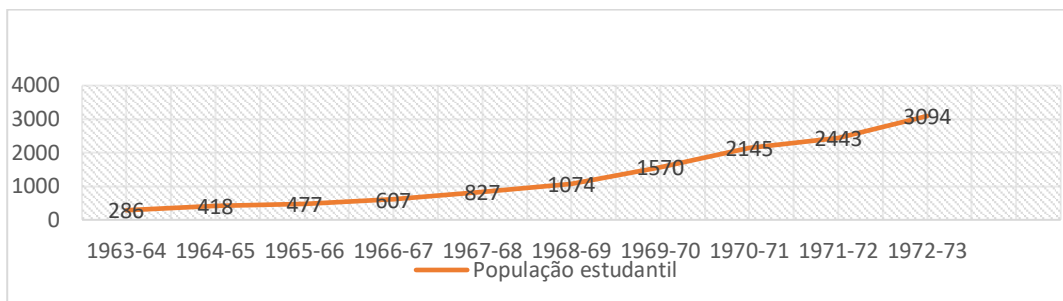
Os Estudos Gerais Universitários de Angola inauguram assim as suas atividades com a abertura dos cursos de “medicina, engenharia, veterinária, agronomia, silvicultura e ciências pedagógicas” (SANTOS, 1970: p. 289), iniciando o ano letivo com 286 estudantes matriculados (Gráfico 1.), número que foi aumentando ao longo dos anos, até atingir os 3094 estudantes matriculados no ano letivo de 1972-73⁶.

Gráfico 1.: Evolução do nº de estudantes matriculados nos Estudos Gerais/Universidade (1963-1973)

⁴ Os Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique, foram aprovados a 21 de agosto de 1962 pelo Decreto-lei 44 530. Em Angola, o seu conturbado processo de aprovação (LIBERATO, 2013; LIBERATO, 2014) fez com o arranque do primeiro ano letivo ocorresse somente em 1963-64.

⁵ Governador-geral, comandante chefe das Forças Armadas, Vice-presidente da Assembleia Nacional; presidente da junta de Energia Nuclear, secretários geral e provinciais, presidente da câmara municipal de Luanda, procurador da república, deputados à Assembleia Nacional, vogais do conselho legislativo de Angola (Revista Mensal de Doutrina, Estudo e Propaganda Instrutiva, 1963: p. 2).

⁶ Último registo de dados que tivemos acesso. No discurso de abertura do ano académico de 1978-79, Lopo do Nascimento, afirma que “de entre os 4000 estudantes que, em 1973, frequentaram a universidade...” (NASCIMENTO, 1978: p. 27), leva-nos a deduzir que o número de estudantes tenha continuado a aumentar, pois passou de 3094 em 1972-1973 para 4000 em 1973.

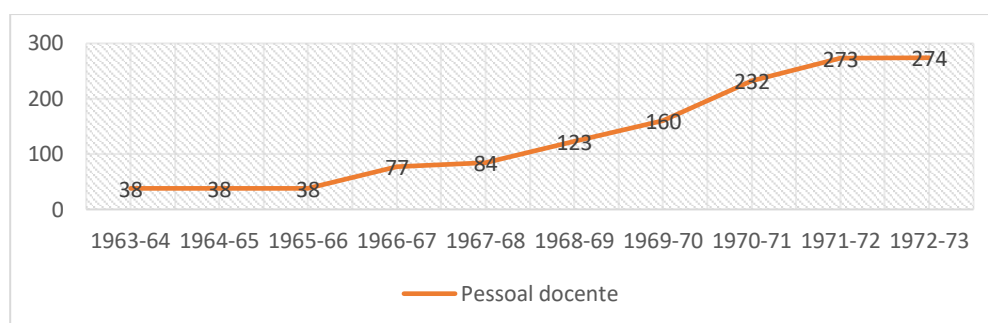


Fonte: Anuário Estatístico do Ultramar (1961-73) e Anuário Estatístico da Província de Angola (1963-72)

O fato dos Estudos Gerais estarem integrados na Universidade Portuguesa, de disponibilizarem pouca oferta formativa e de não concederem o grau de licenciatura, não despertou inicialmente o interesse da maioria da população (LIBERATO, 2013). Daí que o aumento do número de matrículas tenha sido tímido nos primeiros anos, situação que começa a registar alteração a partir do ano letivo de 1969-70. Esse aumento pode estar relacionado com o facto de, em 1968, os Estudos Gerais adquirirem o estatuto de universidade, passando a designar-se Universidade de Luanda⁷, o que representou uma condição de autonomia em relação às universidades da metrópole, posição reforçada pela autorização que lhes é concedida para atribuírem o grau de licenciado, o que fez com que muitos estudantes que se encontravam na metrópole pedissem a transferência para aquela universidade (PIMENTA, 2008).

O crescimento tímido dos três primeiros anos de funcionamento também pode ser analisado a partir do número de docentes que exerciam funções no setor.

Gráfico 2.: Pessoal docente afeto aos Estudos Gerais/Universidade (1963-1973)



Fonte: Anuário Estatístico do Ultramar (1961-73) e Anuário Estatístico da Província de Angola (1963-72)

Como podemos analisar pelo Gráfico 2., o número de docentes a exercerem funções nos Estudos Gerais manteve-se estável (38) nos três primeiros anos de funcionamento, registando-

⁷ Decreto-lei 48 790 de 23 de dezembro de 1968, emanado do Governo de Lisboa.

se alterações a partir do ano letivo de 1966-67 (77 docentes), cenário que se repetirá nos anos letivos seguintes, aumentando anualmente o número de docentes, até atingir, os 274 no ano letivo de 1972-73. De salientar que o maior aumento se verifica no ano letivo de 1970-71, precisamente quando se regista um incremento do número de matrículas.

Quando os Estudos Gerais são instituídos e entram em funcionamento, perspectivava-se um aumento de oportunidades e possibilidades de continuidade dos estudos por parte da população que, de outra maneira não conseguiria ter acesso ao ensino superior nas colónias, sobretudo para os estudantes não brancos. No entanto, apesar do seu crescimento e de uma ligeira abertura, a maioria da população estudantil era constituída por estudantes brancos (FIGUEIREDO, 2012), condição que reforçará as desigualdades sociais e a necessidade de alteração da política educativa para aquele nível de ensino nos territórios colonizados.

3.1. ...à Universidade do Povo Angolano (1975-1991)

Enquadrada na nova ideologia que se queria implantar, de construção de uma sociedade socialista (NETO, 1979; NASCIMENTO, 1978; FERREIRA, 1999), iremos assistir, com a proclamação da independência, a profundas alterações no que toca à política do ensino superior, em que a tónica foi colocada na formação do Novo Homem Angolano (LIBERATO, 2017). A educação, em todas as suas dimensões, passou a ser encarada como um ato político⁸ (Jornal a Luta Continua, 1976: p. 8) e o ensino superior, à semelhança do Estado, deveria se submeter ao Partido⁹ formando apenas os “quadros necessários para a execução [atual] das tarefas do partido” (NETO, 1979: p. 43).

A universidade¹⁰ foi assim convertida em “Universidade do Povo e em prol do Povo” (NASCIMENTO, 1978: p. 27), ou seja, da classe operária e do campesinato. Urgia sobretudo formar “intelectuais revolucionários” (NASCIMENTO, 1978: p. 27), “quadros politicamente

⁸ A primeira medida tomada nesse sentido foi a de incorporar nos currículos o estudo do marxismo-leninismo assim como, a organização da juventude do partido (JMPLA) no seio da universidade (NASCIMENTO, 1978).

⁹ “Penso que uma maior subordinação do Estado ao Partido seria desejável e, portanto, mais autoridade do Partido” (NETO, 1979: p. 44)

¹⁰ As universidades retomaram as suas atividades no ano letivo de 1978-79, tendo reaberto as faculdades de “ciências agrárias, medicina, economia, engenharia, ciências e letras” (NASCIMENTO, 1978: p. 27), estando agendada a abertura da faculdade de ciências jurídicas e administrativas, ou seja, de direito, para o ano letivo seguinte (1979-1980) (NASCIMENTO, 1978; NETO, 1979).

qualificados, capazes de organizar a Reconstrução Nacional” (NASCIMENTO, 1978: p. 27). Para o efeito, sujeitou-se todo um sistema de ensino aos interesses partidários, pois, seria

mais útil à Revolução Angolana um quadro com razoável nível técnico e uma forte consciência política, forjada na luta das massas trabalhadoras, do que um quadro com elevado nível técnico, mas colocado acima dessa luta por condições subjetivas de formação (Jornal a Luta Continua, 1976: p. 7).

E as consequências cedo se fizeram sentir:

A educação foi mal tratada, os professores relegados para plano secundário e, logo de seguida, vingou a ideia de que o melhor seria mandar os estudantes para a URSS e para Cuba... Estávamos em 1976...começámos a lidar com uma dificuldade impossível de superar: a qualidade dos professores...Gente que fazia a carreira docente pela via política... e a qualidade do ensino foi-se degradando de forma irreversível...¹¹

Até 1991¹², a política do Estado angolano em relação ao ensino superior alternou entre a formação superior dentro do país e o envio de bolseiros para o exterior, nomeadamente, Cuba e União Soviética. Em 16 anos (1975 – 1991), “foram formados no interior de Angola 2.174 técnicos superiores e de 1982 a 1992 foram formados um total de 1.733 técnicos superiores em vários países da Europa (ocidental e oriental), da América Latina e da América do Sul” (ZAU, 2002: p. 137).

O fim da Iª república em 1991 (FERREIRA, 1999) trouxe a expectativa que a democratização e a liberalização fossem ajudar a alterar esse cenário. No entanto, o reacendimento da guerra civil em 1992 forçosamente levou a uma continuidade e até intensificação da política de envio de bolseiros, enquanto o ensino superior no país entrava em colapso.

3.1.1. O colapso (1992-2001)

A continuidade da política de envio de bolseiros para o exterior para realização da formação superior levou a uma situação de quase abandono do investimento e financiamento do subsistema de ensino superior em Angola, na medida em o peso das despesas com bolsas de

¹¹ <http://africandar.blogspot.com/2006/05/> (acesso: 07/02/2019).

¹² Não conseguimos localizar dados estatísticos referentes ao número de estudantes e de docentes para este período. De salientar que, depois da independência, com o desenrolar da guerra civil e com a saída da maioria dos recursos humanos qualificados, a produção de dados passou a ser muito escassa e condicionada muitas vezes só à cidade capital.

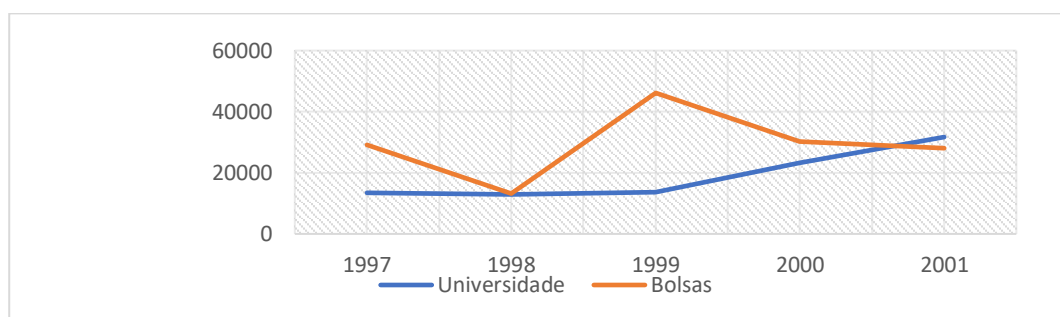
estudo no Orçamento Geral do Estado (OGE), era superior ao investimento no ensino superior internamente (quadro 1.).

Quadro 1. Despesas¹³ do Estado angolano com a formação superior (1997-2001) (milhares de dólares)

	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%
Universidade	13 418	9	12 913	11	13767	11	23 300	11	31 702	11
Bolsas	29 138	19	13 204	11	46 141	36	30 205	15	28 091	9
Total	42 556	27	26 117	21	59 908	46	53 505	26	59 793	20

Fonte: elaborado pela autora com base em VINYALS (2002: p. 53)

Gráfico 3.: Despesas do Estado angolano com a formação superior (1997-2001) (milhares de dólares)



Fonte: elaborado pela autora com base em VINYALS (2002: p. 53)

A exceção do ano de 1998¹⁴ onde se regista uma diminuição muito acentuada da despesa com as bolsas de estudo, tendo passado para 13.204 milhões de dólares em comparação com o ano anterior, em que o investimento foi de 29.138 milhões de dólares, a prevalência foi sempre de maior investimento no exterior do que no interior. No ano de 1999 regista-se um acréscimo elevado (46.141 milhões de dólares), justificado pela “liquidação das dívidas relacionadas com o atraso no pagamento das bolsas” (VINYALS, 2002: p. 56). Em relação às despesas com o ensino superior, estas registam uma estagnação entre os anos de 1997-1999, aumentando ligeiramente a partir do ano 2000.¹⁵

¹³ Orçamento destinado ao ensino superior.

¹⁴ Reinício da guerra civil.

¹⁵ “A proporção da despesa total com o setor da educação diminuiu de 6,1 por cento em 1998 para 3,0 por cento em 1999, recuperando depois em 2000 (4,3 por cento) e em 2001 (6,4 por cento)” (PNUD-Angola, 2002: p. 80).

A preferência pelo investimento em bolsas de estudo no exterior levou ao colapso do subsistema de ensino superior, urgindo a necessidade de o reformar. Entramos assim, a partir do final de 2001 (aprovação da Lei 13/01, de 31 de dezembro, Lei de Bases do Sistema de Educação) numa fase de produção e aprovação de muitos diplomas¹⁶ legais que visavam o cumprimento desse objetivo: reformar.

3.1.2. A ilusão da reforma (2002-2016)

Em 2001, a Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação faz um diagnóstico preocupante do ensino superior: “atravessa uma grave situação de carência de infra-estruturas, equipamentos, meios técnicos de ensino e investigação, carência de pessoal docente, bibliografia técnica e estruturas de apoio” (MEC, 2001: p. 29), chamando ainda a atenção para o fato da procura ser maior do que a oferta, estar centralizado essencialmente na cidade de Luanda, os programas não se ajustarem à realidade do país, a fraca componente prática e de investigação e a insuficiência dos recursos financeiros (MEC, 2001) propondo igualmente a elaboração de um Plano Estratégico que tivesse como finalidade a melhoria da qualidade da formação ministrada, o aumento do número de vagas, a criação de incentivos à investigação, bem como a intensificação da cooperação técnica e científica.

No entanto, apenas em 2005 o Ministério da Educação traça as designadas *Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema de Ensino Superior*, documento orientador da Reforma, onde salienta a intenção do governo em melhorar a qualidade da oferta educativa¹⁷ bem como a expansão¹⁸ da rede de instituições de ensino superior, de modo a abranger todo o país, elevando para 300.000 o número de estudantes a frequentarem as instituições de ensino superior (SEES, 2006: p. 6). Para o efeito, reformou a política educativa para esse subsistema de ensino, reestruturou e redimensionou a Universidade Agostinho Neto (UAN), criou um sistema de bolsas de estudo internas¹⁹, instituiu o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (MESCT)²⁰.

¹⁶ Lei 13/01 de 31 de dezembro – Lei de Bases do Sistema de Educação; Resolução nº 4/07 de 2 de fevereiro que aprova as Linhas mestras para a Melhoria da Gestão do Sistema de Ensino Superior; Decreto do Conselho de Ministros nº 5/09, de 7 de abril que aprova a criação das Regiões Académicas; Decreto 07/09 criação das novas IES e redimensionamento da UAN; Decreto Presidencial Nº 70/10 de 19 de maio aprova o Estatuto orgânico do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia; Decreto 229/11 de 19 de agosto – Estatuto Orgânico da UAN; Estratégia nacional de formação de Quadros, aprovada em Fevereiro de 2012; Aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017); Decreto Presidencial nº 18/14 de 4 de Agosto que aprova a criação da VIII região académica; Lei 17/16 – Lei de Bases do Sistema de Ensino e Educação.

¹⁷ Taxas de aprovação na ordem dos 5 a 20 por cento.

¹⁸ Défice de vagas na ordem dos 71 a 78 por cento.

¹⁹ Decreto nº 2/2008 de 28 de fevereiro, do Conselho de Ministros.

²⁰ Decreto Presidencial Nº 70/10 de 19 de maio.

Porém, tal como foi realçado na Estratégia, a procura de formação superior superava a oferta e, em 2007 regista-se um *boom* de abertura de IES de carácter privado²¹, pressionando ainda mais o governo angolano para a necessidade de reestruturação da política educativa para aquele nível de ensino, tendo como fim a sua descentralização²². Esse alargamento descontrolado, visava dar resposta a uma ânsia de aquisição do diploma a qualquer custo, independentemente dos critérios de aprendizagem, levando a uma “descaracterização intelectual da universidade” (SANTOS, 2013: p. 347) e como consequência a “crescente desvalorização dos diplomas universitários” (SANTOS, 2013: p. 347). E o resultado foi o aumento quantitativo do número de diplomados em situação de desemprego e com sérias debilidades em transferirem esse conhecimento para a sociedade, por um lado e, por outro, a diminuição do nível de exigência e a degradação da qualidade da oferta educativa.

A tentativa de reformar sem colmatar as debilidades que já vinham transferidas dos períodos e etapas anteriores e que se agudizavam de uma etapa para a outra, conduziu todo o subsistema de ensino superior em geral, e as IES em particular, a uma fragmentação sem precedentes (BALL: 2005), ao descrédito, num estado de desorientação, sem identidade ou mesmo sem sentido de existência, sendo as IES, de um modo geral, apontadas, no dizer de Boaventura de Sousa Santos, como “meras fabriquetas de diplomas-lixo” (SANTOS, 2013: p. 409), promotoras do facilitismo e do laxismo. Instala-se e consolida-se a cultura dos “sem”: rigor, identidade, disciplina, produção científica...

3.1.3. Reformar a reforma (?) para onde vai o ensino superior (2017...)

Pela sua atualidade, essa etapa, em que se tenta, uma vez mais, reformar o subsistema de ensino superior, permite apenas um enquadramento das últimas movimentações, no plano intencional, institucional e normativo.

No plano intencional internacional Angola assumiu compromissos a nível regional (SADC²³), continental (União Africana) e mundial (PNUD), nomeadamente:

²¹ Universidade Lusíada (1999), Instituto Superior Privado de Angola (1999), Universidade Jean Piaget de Angola (2000), Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (2002), Universidade Privada de Angola (2000), Universidade Independente de Angola (2004), Universidade Gregório Semedo (2007), Universidade de Belas (2007), Universidade Óscar Ribas (2007), Universidade Metodista de Angola (2007), Universidade Técnica de Angola (2007), Instituto Superior Técnico de Angola (2007).

²² Decreto n.º 7/09 de 12 de maio, criação das Regiões Académicas.

²³SADC: Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community*).

- No âmbito da SADC, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional de 2015-2020, propõe a melhoria da qualidade, eficiência e relevância da educação e formação a todos os níveis (SADC, 2015);

- A Agenda 2063 da União Africana (UA)²⁴, que identifica as estratégias que devem ser seguidas pelos países tendo como objetivo o aumento da capacidade de investigação e desenvolvimento (I&D) das universidades africanas;

- A Agenda 2030 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)²⁵, que procura “garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ODS²⁶ 4)

A nível interno:

- Programa de governo do MPLA (2017-2022), em que o partido se compromete a melhorar a qualidade do ensino superior mediante a implementação de uma série de ações, que passam pela revisão do seu quadro legal, a promoção da pesquisa científica e a cooperação internacional, realçando o investimento na formação de quadros e capacitação do corpo docente, (MPLA, 2017: p. 46);

- Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) (2018-2022), que no seu eixo estratégico 1: desenvolvimento e bem-estar, política 2, visa a melhoria da qualidade do ensino superior e o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica (Governo de Angola, 2018: p. 6) ambicionando que o número de graduados “em cada ano passe de 20 mil em 2017 para mais de 33 mil em 2022” (Governo de Angola, 2018: p. 6);

No plano institucional, realçamos:

- Decisão de realização de eleições para os corpos de direção e de gestão das IES públicas, em detrimento das nomeações, a vigorar a partir de 2019;

²⁴Disponível em: https://www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/CoM/com2016/agenda_2063_final_revised_first_ten_year_implementation_plan_12_10_15_portuguese.pdf (acesso: 07/02/2019).

²⁵ Disponível em: <http://www.ao.undp.org/content/angola/pt/home/sustainable-development-goals.html> (acesso: 07/02/2019)

²⁶ ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), objetivos de desenvolvimento proposto pelas Nações Unidas em que os estados signatários assumem o cumprimento das etapas estabelecidas tendo como meta o desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental) dos seus países, numa perspetiva meso e do mundo, numa perspetiva macro.

- Uniformização dos planos curriculares dos cursos em todo o país, a vigorar a partir de 2020;

- Progressão na carreira para os docentes efetivos do quadro e reabertura do concurso público de acesso à carreira docente, cinco anos depois de ter sido incompreensivelmente encerrado, medida que certamente permitirá renovar as fileiras do corpo docente, garantindo, ao mesmo tempo, maior estabilidade laboral aos profissionais;

No plano normativo, a aprovação de dois documentos que irão começar a ser implementados a partir do ano letivo de 2019, nomeadamente:

- Aprovação do Estatuto da Carreira Docente Universitária (Decreto presidencial nº 191/18 de 8 de agosto);

- Aprovação do Estatuto Remuneratório da Carreira do Docente do Ensino Superior (Decreto presidencial nº 280/18 de 27 de novembro);

Realçamos uma vez mais que prevalecem as debilidades anteriormente identificadas e que, acima de tudo, a situação económico-social do país continua a ser a principal mudança a ser empreendida. O panorama atual do subsistema de ensino superior não é muito diferente daquele que já foi traçado em documentos anteriores, com destaque para a *Estratégia*, continuando o mesmo a ser gerido em função da agenda política²⁷. Daí a questão, mais uma reforma para reformar o quê?. Essa estratégia de implementação de reformas que substituam reformas fracassadas, pode ser encarado como um mecanismo de controlo de insatisfação e da incapacidade para se fazer mais e melhor.

4. ... Corrigir o que está mal

Na sua campanha eleitoral para as eleições de 2017, o partido MPLA utilizou o slogan “melhorar o que está bem, corrigir o que está mal” (MPLA, 2017). Importa assim, identificar o que está mal no subsistema de ensino superior e que deva ser corrigido. Essa análise assenta na ideia de crise – institucional, hegemónica e de legitimidade – apresentada por Boaventura de Sousa Santos (2013). Assim:

²⁷ Tomemos como exemplo, o lema do discurso de abertura do ano académico de 2018, em Saurimo, província da Luanda Norte: “Por um ensino superior de qualidade, lutemos contra a corrupção e a impunidade”. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2018/1/9/Angola-Integra-Discorso-Presidente-Republica,45aa25ae-0406-456c-9c79-ecbbc9d255a9.html (acesso: 07/02/19).

1 – A nível institucional: a) ausência de uma visão clara; b) descaracterização do ensino superior e das IES (seu papel, função e missão); c) incapacidade de orientação e liderança; d) ausência de rigor e profissionalismo nas diferentes etapas do processo, na implementação das orientações, programas/projetos; e) ausência de políticas públicas consentâneas; f) indefinição de prioridade enquanto bem público, ou seja, não encontramos ligação entre este e o projeto de país que se quer construir; g) descapitalização – mercadorização das IES; h) excessiva burocratização, que torna as IES rígidas, incompreensíveis e inflexíveis em relação à sua vocação;

2 – A nível científico: a) ausência de autonomia científica, pedagógica e cultural; b) ausência de pesquisa e inovação, condições fundamentais, dado a pesquisa se posicionar no topo da hierarquia do ensino superior (ALTHBACH, 2001) e ser através dela que se gera conhecimento;

3 – A nível pedagógico: a) currículos desatualizados e que não vão ao encontro da e desajustados em relação à realidade angolana, daí a dificuldade de aplicação prática; b) política de reprodução do conhecimento produzido, em detrimento da política de produção criativa de conhecimento científico, ou seja, “sem a criação de novos saberes” (GARCIA: 2001, p. 34), razão principal da sua existência;

4 – A nível da carreira docente: a) fraca progressão na carreira (gestão e a avaliação administrativa da carreira docente em detrimento do trabalho científico desenvolvido); b) envelhecimento e fraca renovação do corpo docente; c) profissão socialmente desvalorizada; d) poucos salários; e) falta de produtividade de muitos docentes;

As sucessivas reformas não têm contado com a participação ativa dos professores e dos estudantes, principais operadores do subsistema de ensino superior, bem como de outros agentes educativos como a sociedade civil e os sindicatos, colocando-os, à margem de todo o processo, condicionando, deste modo, o sucesso de qualquer projeto. Sem um diálogo aberto e constante com a sociedade, qualquer projeto de reforma continuará a alimentar o ciclo vicioso de insucessos e falhanços que precisamos, mais do que nunca, de romper. Verifica-se uma necessidade imperiosa de percebermos que ter um projeto político para o ensino superior é diferente de ter uma política ou várias políticas para o ensino superior, e que a política é que deve ser alimentada pelo ensino superior, e não o primeiro andar a reboque do segundo, como tem acontecido até ao presente.

Melhorar o que está bem...

Uma das missões da universidade é, sem sombra de dúvida, a criação de novos saberes, bem como a sua divulgação (Garcia, 2001: 34). Apesar do cenário traçado, há aspetos que devem acima de tudo, ser melhorados, nomeadamente:

- Exíguo número de mestres e doutores nas diferentes IES, o que se reflete na baixa produção científica, colocando assim em causa, a criatividade da atividade intelectual (SANTOS, 2013: p. 315), principal razão da existência das IES. O investimento na formação do corpo docente, perspetivando igualmente a sua renovação apresenta-se como um dos aspetos que deve ser definido como estratégia prioritária;

- Na sua maioria, os doutores e mestres afetos às diferente IES encontram-se atrofiados em funções administrativas, de gestão e de direção, retirando-lhes assim da pesquisa. A estratégia poderá passar por encontrar uma alternativa e devolver esses cientistas à pesquisa científica, e aqui concordamos com Stephen Ball (2005) quando defende que o mais importante é a “flexibilidade”, em termos de competência, interesse e dedicação (BALL, 2005: p. 23).

- Registou-se, nos últimos anos, um aumento da oferta de formação diferenciada (pós-graduada), nomeadamente, mestrados e doutoramentos. Dado que a “qualidade do pessoal (académico, administrativo e de pesquisa) é a chave para a qualidade da instituição de ensino superior” (VÁRIOS, 2017: p. 12), o investimento na melhoria dessa formação pode significar investimento no corpo docente, aumento e melhoria da qualidade da pesquisa bem como diminuição da despesa em formação no exterior;

- A maioria dos trabalhos (dissertações e teses) apresentadas ao nível da pós-graduação não seguem as linhas de pesquisa das IES, constituindo trabalho autónomos, muitas vezes sem qualquer enquadramento à realidade angolana. A alteração desse panorama pode traduzir-se nos primeiros passos para a realização de pesquisas científicas;

- A implementação do estatuto da carreira docente implica, acima de tudo, que se melhore as condições económicas, sociais e de trabalho, caso contrário, não passará, uma vez mais, de um plano de intenções pois, instituições sem infraestruturas e recursos adequados para apoiar a aprendizagem e a pesquisa não ditam, logo à partida, o sucesso da reforma;

Importa sobretudo entender quais são os desafios que o ensino superior angolano enfrenta, nomeadamente: a) Internos e externos; b) Individuais e coletivos; c) Interdisciplinares e práticos; d) Instrumentais e hermenêuticos; e) Gestão e profissionais; f) Sustentabilidade de

todo o sistema de ensino superior; g) Pressões do Estado e do mercado de trabalho; h) A posição das línguas nacionais e o desenvolvimento das regiões; i) O acesso em termos de igualdade e equidade, em todas as dimensões; j) Autonomia em relação a todos os outros setores; e sobretudo, importa ter presente, entre outros fatores:

- a) a dicotomia entre investigação e docência
- b) O papel das IES no processo de desenvolvimento das regiões onde estão inseridas, no contexto local, regional e nacional;
- c) O papel das IES enquanto entidades empreendedoras e produtoras de conhecimento;
- d) A relação entre o ensino superior e o projeto de país que se quer para o futuro;

Consideramos que continua a prevalecer a ausência de definições e linhas de orientação claras, o que faz com que se eleve o clima de instabilidade e de desconfiança em relação ao futuro do subsistema de ensino superior e das IES enquanto instituições de produção do conhecimento. É preciso, sobretudo, ter em conta que, não é possível edificar um subsistema de ensino superior com uma sucessão e sobreposição de reformas, na sua maioria irrealistas e descontextualizadas. O ensino superior e as IES constituem obras edificadas em co-construção (LIMA, 2005: p. 29), ou seja, necessitam de investimento e trabalho constante, que acompanhem o desenvolvimento e as transformações da sociedade, nas diferentes dimensões.

Não é nosso objetivo apresentar uma narrativa de culpabilização ou vitimização, nem tão pouco apontar culpados, mesmo porque defendemos que a responsabilidade é de todos nós, enquanto cidadãos, mas sim de apresentar os fatos reais, de modo a que, com a participação aberta dos vários atores em presença, possamos ir “além do diagnóstico” (SILVA, 2010: p. 12), e encontremos as diferentes prescrições para os males que enfermam aquele subsistema de ensino, de modo a se romper com esse ciclo de inércia que se instalou e enraizou. Pois, no final “o mercado de emprego é mais do que nunca o recetáculo obrigatório dos “recursos humanos” e do “capital humano”, formados” (LAVAL, 2004: p. 110) nas diferentes IES e que, no conjunto, constituem o país que somos. Recursos humanos e capital humano sem qualidade traduzem-se em desempenho de funções medíocres, que se repercute, por sua vez, na incapacidade de resposta para os novos desafios a que o país se propõe, sobretudo no que toca ao desenvolvimento do homem enquanto ser humano.

5. Constatações

O subsistema de ensino superior hoje não é o mesmo que foi fundado em 1962 ou aquele que foi indicado como o responsável para forjar os quadros que o partido precisava para empreender a Revolução e a Reconstrução Nacional. O subsistema de ensino superior tem sofrido mutações, acompanhando as diferentes transformações que o país tem vivenciado, se moldando às novas realidades vivenciadas.

A análise da informação apresentada permite-nos constatar que o ensino superior em Angola sempre esteve em crise: crise de identidade no primeiro período, crise ideológica no segundo período, crise financeira na terceira etapa, crise existencial na quarta etapa, ou seja, uma crise crónica em todas as dimensões que se traduzem numa esquizofrenia de valores (Ball, 2005: p. 21), que se foram acumulando e desgastando todo um sistema já de si fragilizado dado ter sido sempre utilizado como mecanismo de controlo ao longo dos diferentes períodos e etapas identificadas, entrando assim, numa espiral de descredibilidade, ineficiência e ineficácia.

Se por um lado assistimos a uma reprodutibilidade das ideias previamente concebidas (conhecimento produzido no exterior, nomeadamente, nos países ocidentais), não havendo espaço para a produção de conhecimento, por outro, existe uma dificuldade em se definir o que ensinar, a quem ensinar, porquê ensinar e para quê ensinar. Mais do que a complexidade da crise do subsistema de ensino superior/universidade, estamos perante uma crise do modo de pensar e fazer a universidade e o ensino superior, que se traduz no modelo de país que queremos construir.

Num contexto em que a pesquisa é olhada e encarada como falta de ocupação, e a turbodocência constitui uma alternativa de sobrevivência para a maioria dos docentes, não será possível passar de reprodutores para produtores de conhecimento, e nem ter a tão proclamada qualidade sem uma reforma profunda da sociedade em todas as dimensões, e sobretudo, sem ter uma profunda alteração sobre a conceção atual que se faz do subsistema do ensino superior. Persiste um equívoco muito grande em relação àquilo que é a essência, missão e funções da formação superior, assim como das IES, que, vão muito além da simples satisfação das necessidades do mercado de trabalho. Há todo um processo de aprendizagem no qual o “indivíduo se constrói como homem” (SILVA e SUHR, 2010: p. 22) e como cidadão, capaz de dar resposta aos múltiplos desafios que enfrentamos no nosso cotidiano.

Reconhecemos que temos uma sociedade com falta de tudo, um subsistema de ensino superior com inúmeras debilidades e IES disfuncionais, condições que reforçam a ideia da necessidade urgente de se repensar o modelo de subsistema de ensino superior e de se criarem

novas perspectivas, assente em políticas públicas. Um sistema de ensino superior que se limita a consumir as ideias produzidas por outros, não apostando na inovação e na crítica está condenado a desaparecer, mais dia menos dia. Por outro lado, a “crítica não se pode fundamentar no vazio” (GARCIA, 2001: p. 37) mas sim no inconformismo intelectual e no desenvolvimento de novos raciocínios. De igual modo, um subsistema de ensino superior mais democrático traduz-se em IES mais autónomas e participativas. Mas essa autonomia tem que ser em todas as dimensões, ou seja, em relação ao poder político, à pressão do financiamento e, sobretudo, no que toca à participação no poder de decisão em todas as suas dimensões.

Bibliografia

A educação nas zonas libertadas de Angola (s.l): Edição Casa de Angola.

ALTHBACH, Philip (2011). “The past, present and future of research university”. *Economic & Political Weekly*, vol. XLVI, nº 16, 65-73.

AMARAL, Ilídio. (2002). *Construindo a história de Angola: a importância da utilização cruzada de fontes (reflexões de um geógrafo)*. Lisboa: IICT.

BALL, Stephen (2005). *Educação à venda*. Viseu: Livraria Pretexto.

Discurso de João Lourenço na cerimónia de investidura como Presidente da república. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/discurso_de_joao_lourenco_na_cerimonia_de_investidura_como_presidente_da_republica (acesso: 07/02/2019).

Educação e professores em Angola. Disponível em: <http://africandar.blogspot.com/2006/05/> (acesso: 07/02/2019).

FERREIRA, Manuel Enes (1999). *A indústria em tempo de guerra (1975-1991)*. Lisboa: Edições Cosmo/Instituto da Defesa Nacional.

FERREIRA, Manuel Enes (2002). “Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990)”. *Análise Social*, vol. XXXVII (162), 47-90.

FIGUEIREDO, Leonor (2017). *O fim da extrema esquerda em Angola: como o MPLA dizimou os comités Amílcar Cabral e a OCA (1974-1980)*. Lisboa: Guerra e Paz.

FIGUEIREDO, Leonor (2012). *Luanda 1974-1975. O movimento estudantil*. Lisboa: Sinapsis.

FORTUNATO, José (1997). *Angola: documentos do MPLA*, 1º volume. Lisboa: Ulmeiro.

GARCIA, Rui Proença (2001). “Para um ensino superior com qualidade”. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, Vol. 1, nº1, 33-43.

Governo de Angola (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022*. Luanda: governo de Angola (versão para divulgação).

HEIMER, Franz-Willen (1980). *O processo de descolonização em Angola 1974-1976*. Lisboa: A Regra do Jogo.

INE (Instituto Nacional de Estatística). *Anuário Estatístico do Ultramar (1961-1973)*. Lisboa: INE.

INE (Instituto Nacional de Estatística). *Anuário Estatístico da Província de Angola (1963 – 1972)*. Luanda: INE Angola.

Jornal a Luta Continua (1976). Ano I, nº 2, Lubango 3 de setembro de 1976.

LAVAL, Christian (2004). *A escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino superior público*. Londrina: Editora Planta.

LIBERATO, Ermelinda (2017). “The new Angolan man. The building of a concept”, International Conference *Angola: the legacies of the past, the challenges of the present*, University of Lisbon, 14-15 November 2017.

LIBERATO, Ermelinda (2014). “Avanços e Retrocessos da Educação em Angola”, *Revista Brasileira de Educação*, V. 19 n. 59 out-dez 2014, pp 1003-1031. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n59/10.pdf>.

LIBERATO, Ermelinda (2013). *Educação e desenvolvimento: a formação superior de Angolanos no em Portugal e no Brasil*. Tese de doutoramento em Estudos Africano, Lisboa: ISCTE-IUL.

LIMA, Licínio (2005). “Escolarização para uma educação crítica: a reinvenção das escolas como organização democráticas”, em TORRES, C. A. E TEODORO, António (Org.). *Educação crítica e utopia. Perspetivas para o século XXI*. Porto: Edições Afrontamento.

MPLA (2017). *Programa de governo 2017-2022. Melhorar o que está bem, corrigir o que está mal*. Luanda: MPLA.

MINPLAN (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial) (2012). *Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (2013-2017)*. Luanda: MINPLAN.

MININF (Ministério da Informação) (1975). *Angola. Documentos da independência*. Luanda: MININF.

MEC (Ministério da Educação e Cultura) (2001). *Estratégia Integrada para a melhoria do sistema de educação 2001-2015*. Luanda: MEC.

NASCIMENTO, Lopo (1978). “Abertura do ano académico 1978-79”. In MPLA (1978). *Boletim do Militante*. Ano II, nº 20, maio de 1978, 27-28.

PIMENTA, Fernando (2008), *Angola: Os Brancos e a Independência*, Porto, Edições Afrontamento.

PNUD – Angola (2002). *Os Desafios Pós-Guerra*. Luanda: PNUD.

PNUD (Programa das Nações unidas para o Desenvolvimento). Agenda 2030. Disponível em: <http://www.ao.undp.org/content/angola/pt/home/sustainable-development-goals.html> (acesso: 07/02/2019).

Revista Mensal de Doutrina, Estudo e Propaganda Instrutiva (1963), ano XXXI, Nº 67, p. 23-27.

SANTOS, Martins (1970). *História do Ensino em Angola*, Angola, Edição dos Serviços de Educação.

SADC (2015). *Plano estratégico indicativo de desenvolvimento regional de 2015-2020*. SADC. Disponível em: https://extranet.sadc.int/files/1514/6095/3074/Approved_RISDP.pdf (acesso: 07/02/2019).

SANTOS, Boaventura de Sousa (2013). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Lisboa: Almedina.

SEES (Secretaria de Estado do Ensino Superior) (2006), *Plano de Implementação das Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior*, Luanda, Secretaria de Estado para o Ensino Superior.

SILVA, Simone e SUHR, Inge (2010). *Metodologia do ensino na educação superior. Relação professor-aluno-conhecimento*. Paraná: IBPEX.

SILVA, Teresa Cruz e (2010). O público, o privado e o papel social das universidades em África. Dakar: Codesria.

SOARES, Amadeu Castilho (2004). “Universidade em Angola: A Sua Criação em 1962”, Lisboa, *Episteme*, Ano V, (13-14).

UA (União Africana). Agenda 2063: a África que queremos. Quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Plano de implementação para a primeira década 2014-2023. União Africana. Disponível em: https://www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/CoM/com2016/agenda_2063_final_revised_first_ten_year_implementation_plan_12_10_15_portuguese.pdf (acesso: 07/02/2019).

UL (Universidade de Luanda) (1969). *Relatório do magnífico reitor*. Revista prisma, nº 21, 7-9.

Vários (2017). *Padrões e Linhas de orientações africanos de garantia de qualidade do ensino superior (ASG-QA)*. Disponível em: https://haqaa.aau.org/wp-content/uploads/2017/11/ASG_QA_Oct2017_PT.pdf (acesso em: 11/03/2019).

VINYALS, Luís (2002). *O Financiamento Público dos Setores Sociais em Angola*. Cascais: Principia.

ZAU, Filipe (2009). *Educação em Angola: Novos Trilhos Para o Desenvolvimento*. Luanda: Movilivros.

ZAU, Filipe (2002). *Trilhos para o Desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Aberta.

Diário da República

Decreto presidencial nº 280/18 de 27 de novembro. Aprova o estatuto remuneratório da carreira do docente do ensino superior. Iª série, nº 178, 5303-5304.

Decreto presidencial nº191/18 de 8 de agosto de 2018. Aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária. I série, nº 118. 4111- 4125.

Lei nº 17/16 (2016). Lei de Bases do Sistema de educação e ensino. Diário da república, I Série, nº 170, 3993-4014.

Diário da República, quarta-feira, 19 de Maio de 2010, Iª Série, Nº 93 – Decreto Presidencial Nº 70/10 que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia.

Decreto nº 7/09 (2009). Estabelece a reorganização da rede de instituições de ensino superior públicas, a criação de novas instituições de ensino superior e o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto. Diário da República, Iª série, nº 87, 1855-1858.

Decreto nº 5/09 (2009). Cria as regiões académicas que delimitam o âmbito territorial de atuação e expansão das instituições de ensino superior. Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma. Diário da república, Iª série, nº 64, 1707- 1708.

Resolução nº 4/07 (2007). Publicação das linhas mestras para a melhora da gestão do subsistema do ensino superior. Diário da República, Iª série, nº 15, 205- 208.

Ermelinda Liberato: Professora auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (FCS-UAN) e Pesquisadora do Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL).

Como citar este artigo:

Liberato, Ermelinda; Reformar a reforma: percurso do ensino superior em Angola. In REVISTA TRANSVERSOS. "Dossiê: REFLEXÕES SOBRE E DE ANGOLA - INSCREVENDO SABERES E PENSAMENTOS". N° 15, Abril, 2019, pp. 63-84 Disponível em <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2019.41843.